



Fundação Cuidar o Futuro

Presença



# presença

MARÇO DE 1961

Redacção: Av. Duque de Loulé, 90, r/c. D.  
LISBOA

EDITADA PELA J.U.C.F.  
FILIADA NA PAX ROMANA

# sumário



ninive de todos os tempos

Natália Hasso Fernandes

nota litúrgica — quaresma

Maria da Graça Miranda

o universalismo e as responsa-  
bidades sociais da profissão

António Sousa Gomes

o cristão e os problemas mé-  
dicos contemporâneos

José Pinto Correia

artes — porque é «difícil» a  
pintura moderna?

Prof. Ferreira D'Almeida

eu pecador me confesso...

trabalho e pessoa humana

um autor de hoje — Heinrich  
Böll

Maria Hermínia Santos Rocha

ver para pensar — o cristão tem  
resposta

Almerinda Cardoso

o 2.º seminário africano da  
«Pax Romana»



# Ninive de todos os tempos



Enquanto o mundo permanecer e nós permanecermos no mundo será sempre assim — Advento, Natal, Quaresma, Páscoa e Pentecostes. E depois de novo o Advento, de novo o Natal e assim por diante. Todos os anos, portanto, os cristãos ouvem falar de Quaresma. Como um secreto espinho, porque à vida humana repugna o sofrimento e a natureza se opõe à perfeição.

E, no entanto, bem fácil é de admitir que ao longo de um ano muita poeira se tenha acumulado sobre nós e descido no caminho escolhido pondo em grave perigo o nosso progresso no caminho escolhido ou até mesmo a nossa permanência nesse mesmo caminho. A purificação e o revigoramento impõem-se. E são na sua oportunidade repetida, grandes favores de Deus — porque a miséria que supõem poderia merecer mais o aniquilamento do que a paciente renovação da dádiva. Tal como os Ninivitas a quem Jonas foi enviado em pregação, mais «quarenta dias» e poderíamos ter a destruição que mereceramos.

Mas, tal como esses Ninivitas perante os quais, por misterioso desígnio de Deus, Jonas ficou desautorizado, também nós obtemos, ao fim desse tempo, a graça do Perdão, a Alegria e a Manifestação da Misericórdia de Deus.

Jonas foi, a despeito da sua tentativa de fuga, enviado a Nínive com profecia de castigo. E apesar da autenticidade da sua missão, foi contrariado pelas obras de Deus. Porque o Senhor se «arrependeu» dos Seus propósitos e a Sua Justiça cedeu perante a penitência, a humilhação, a sinceridade e a fé da cidade pecadora.

Pecadores redimidos, também nós, Ninivitas de todas as épocas, repetidamente presenciamos o espectáculo da Misericórdia de Deus a inclinar-se perante o *élan* de conversão dos homens. Mesmo contrariando as razoáveis previsões dos Justos, os pecadores podem sempre esperar a superação da Justiça pela Piedade.

Para atrairmos a Misericórdia e a merecermos um pouco mais (porque totalmente nunca a mereceremos), devemos porém realizar uma Penitência que seja efectivamente constituída por estes três elementos — mortificação, oração e mudança de vida. O que Nossa Senhora pediu em Fátima.

Sem angústia. Em confiança e Amor. Como disse alguém, «Deus só nos pede que vivamos com a consciência de que somos amados».

NATÁLIA HASSE FERNANDES

# nota litúrgica

## quaresma

A Igreja representa — isto é, torna-nos presente — nesta altura o mistério central da Redenção: a vitória de Cristo sobre a morte e o pecado, trazendo aos homens a adopção do Pai: «Recebemos um espírito de adopção que nos faz clamar: Abba, Pai!», (Rom. VIII, 15).

A Páscoa do Senhor, a sua «passagem» da morte para a glória é fulcro de toda a vida cristã; nela tomam o seu sentido último as festas do nascimento de Cristo e da sua manifestação como Deus aos homens; e é ainda a luz do mistério pascal que se projecta até ao fim do ano litúrgico.

Estamos agora no tempo, por excelência, da Esperança. Esperança que é certeza da ressurreição de Cristo, realizada na sua Igreja e em cada cristão, que consentiu em morrer com Ele. O Aleluia que nos preparamos para cantar faz-nos exultar de esperança e de alegria pelo dia, em que «Deus será tudo em todos».

O domingo da Septuagésima, extintos os últimos ecos jubilosos da Epifania, introduziu-nos num ambiente grave, austero e quase sombrio; pôs-nos face à realidade do pecado com todas as suas consequências: «Cercaram-me as agonias da morte e dores do inferno me cingiram»; a cor dos paramentos é a da penitência e desde já se defrontam o túmulo e o paraíso.

Homens resgatados, sim, mas trazendo sempre a marca do pecado e de forças contrárias a Deus, fomos convidados para um combate; combate duro que nos ultrapassa, já travado no Monte das Oliveiras e vencido na aurora radiosa da Ressurreição, há que torná-lo presente.

Cristo, morto e depois ressuscitado e glorificado pelo Pai, é quem sofre e é glorificado em cada cristão. Por isso, exclama a liturgia: «Eu vos amarei, Senhor, minha força!» Temos que completar na nossa carne o que falta aos sofrimentos de Cristo em favor do seu corpo que é a Igreja (Coloss. I, 24).

Os domingos da Sexagésima e da Quinquagésima fazem-nos entrar direitos ao espírito da Quaresma: humildade de quem se reconhece pecador e indigente e confiança inabalável na omnipotência de Deus: «Com gosto me gloriarei das minhas fraquezas para que habite em mim a força de Cristo» (II Cor. XII, 9). Numa profunda atitude de conversão que compromete o ser todo, a Igreja repete como o cego de Jericó: «Senhor, fazei que eu veja!»

Na 4.ª feira de Cinzas, se inauguraram os quarenta dias de jejum quaresmal. É outra nota característica e importante: conversão exige purificação e esta implica ascese, mortificação, penitência corporal; não há disponibilidade para a graça sem libertação de nós próprios.

O aspecto positivo desta preparação quaresmal é o mais importante: mas o negativo existe como meio necessário. A consciência da terrível realidade do pecado no nosso mundo levar-vos-á a esperar mais ardentemente a Redenção e a cooperar para que ela se realize em nossos irmãos.

«Do fundo do abismo clamei por Vós... Espere Israel sempre no Senhor, porque nele há redenção abundante» (Ps. 129).

Para isso, temos o sacrifício Eucarístico, no qual somos diariamente assumidos em Cristo, a comunhão do seu Corpo, o sacramento do seu perdão, ensinamento da sua Palavra, a recepção do seu Amor na oração — fontes que alimentam a vida dos filhos de Deus.

De olhos abertos, o coração todo voltado para o Deus «que é a alegria da sua juventude», «a Igreja caminha «para Jerusalém»; confiada n'Ele, atravessará os caminhos da morte, serena e cheia de majestade, desejando, com Cristo, a «sua hora»: «Desejei ardentemente comer esta páscoa convosco», (Luc XXII, 15); passo a passo, segui-lo-á na Semana Maior de todo o ano, receberá em festa o poder de dar aos homens o seu Corpo, identificar-nos-á com o «homem das dores» anunciado por Isaias — Meu Deus, meu Deus, porque me abandonaste? proclamando ao mesmo tempo a glorificação pela Cruz: «Humilhou-se a si mesmo até à morte e morte na Cruz; por isso Deus o exaltou e Lhe deu um Nome que está acima de todo o nome», (Filip. II, 8-9).

E, finalmente, no triunfo e na alegria das coisas todas renovadas — vida nova dum mundo resgatado — poderá cantar na manhã de Páscoa:

«Este é o dia que o Senhor fez. Exultemos e rejubilemos nele!»

MARIA DA GRAÇA MIRANDA



# o universitário e as responsabilidades sociais da profissão

## a profissão, sua função social e individual

A formação profissional é reconhecidamente uma das mais importantes tarefas que se incluem na missão da Universidade. E poucos serão os que sub-estimam a importância que tal formação tem para o progresso da sociedade. O que sucede é que nem sempre se coloca o problema da formação profissional na exacta dimensão que possui. As responsabilidades sociais da profissão são quase sempre lembradas apenas para apoiar a protecção que a sociedade deve dar à profissão e, raras vezes, no sentido de mostrar o seu carácter de «serviço» para a comunidade.

A profissão — que, historicamente, é um produto da divisão do trabalho — é o exercício de um determinado género de ocupação, dentro de um ramo de actividade bem definido. Esse exercício profissional reveste-se não só de uma função individual, como também de um carácter social.

A **função individual** da profissão é aquela que aparentemente melhor se define e que resulta da necessidade sentida pelo homem, de realizar um proveito útil, do qual advenha a sua subsistência, e de concretizar a sua personalidade numa acção, que constitua um meio de valorização pessoal. Usando uma expressão de Leclercq diríamos que «construído para a acção, o homem encontra a sua perfeição na realização de uma obra que exprima a sua vida; e a profissão é o instrumento dessa obra».

É por isso que, muitas vezes, a profissão constitui para o homem não apenas um bem útil, mas ainda um bem agradável, onde ele encontra os meios de exprimir a sua capacidade criadora, o seu interesse de construir e de organizar, o seu poder de transformar a matéria.

Para lá dessa esfera de meio de valorização pessoal e de elemento útil na realização individual de cada homem, a profissão realiza no campo da **função social** um papel de transcendente importância. Dir-se-ia que é nesse campo que a profissão concorre para a realização integral dos valores humanos.

Sendo o homem, por força da sua própria natureza, um ser social, a sua perfeição, enquanto indivíduo, está estreitamente ligada à perfeição da sociedade em que vive, do mesmo modo que a sociedade só é perfeita se serve ao aperfeiçoamento de cada homem. Esta estreita vinculação entre a realização humana, nos planos individual e colectivo, que foi com extrema perfeição apontada na Enci-



... os universitários não podem viver isolados nas «torres» das várias especializações.

clica «Imortale Dei», conduz-nos ao facto de que a perfeição social depende, em última análise, daquilo que os indivíduos podem oferecer à sociedade.

Assim, o carácter social da profissão é de tal modo importante, que as maiores exigências que lhe podemos atribuir são suas consequências. Daí a designação tantas vezes usada, de que a profissão é um **serviço social**.

## as responsabilidades dos universitários

De entre todas as profissões, aquelas que são desempenhadas por intelectuais têm particular importância, tanto na sua função individual como na sua função colectiva. Os universitários, dada a formação que recebem, o grau de cultura que adquirem, o papel que têm de assumir perante as tarefas que a sociedade lhes exige, as possibilidades de acção que aí obtêm, incorrem em graves responsabilidades. Médicos, Juristas, Arquitectos, Engenheiros, Economistas, Agrónomos, etc. serão os responsáveis em todos os polos da vida social. Eles constituem, na palavra de Pio XII, «os cérebros da sociedade».

É curioso, entretanto, notar que a mentalidade daqueles que passam pela universidade nem sempre é devidamente formada no sentido de poder assumir convenientemente as responsabilidades que a sociedade lhes entregará. A este respeito, acho de interesse apontar aqui cinco conclusões que o **I Inquérito Geral à Universidade**, promovido pela JUC e JUCF em 1952, revelou:

1.º — Cerca de  $\frac{1}{3}$  dos estudantes vêm para a Universidade sem qualquer vocação, e movidos apenas por conveniências, rotina ou passividade diante da pressão familiar.

2.º — Apenas 20 % dos Universitários inquiridos reconheceram ter vindo para a Universidade por vocação simultânea para o estudo e para o exercício de determinada profissão.

3.º — Era inferior a 50 % a proporção de estudantes que verdadeiramente se interessavam pelas questões de natureza profissional.

4.º — Só 18% dos universitários consideravam fundamental na profissão a aspiração ao serviço da sociedade, em favor dos outros homens. Entre as raparigas,



no entanto, reconheceu-se que prevalece mais o conceito de profissão como meio de valorização pessoal.

5.º — Apenas 25 % afirmaram ter preocupações em adquirir na Universidade uma formação e uma cultura social.

Creio que aquilo que estes dados revelam juntamente com o que todos conhecemos da vida universitária, conduz a uma outra conclusão, e esta mais grave: a maioria dos universitários não tem ideia das responsabilidades que a sua condição lhe impõe.

## **as exigências de uma mentalidade universitária**

Essas responsabilidades exigem que o universitário forme uma mentalidade muito «aberta» e sensível às preocupações comunitárias. Torna-se, sobretudo, necessário que, a par da formação intelectual (cultural e profissional), da formação humana e de formação deontológica, tenha capacidade para formular juízos críticos e de valor, face à realidade que o cerca, tenha a capacidade de síntese e de elaboração dos dados que lhe são fornecidos, tenha, em suma, uma mentalidade capaz de «construir». A capacidade de construção é verdadeiramente aquela que traduz a dimensão real de um universitário. Todo o homem possui um sentido criador e, desde o génio ao simples operário de uma fábrica, temos inúmeros exemplos de inteligência criadora de que o homem é dotado. Mas é justamente o universitário que se encontra em posição privilegiada para verdadeiramente criar.

A criação ou «construção» implica, no entanto, que ele tenha sabido enquadrar dentro do seu espírito os conhecimentos especializados com as ideias gerais, num desejo de amor à verdade e de grande abertura. Ora, esta capacidade de construção, necessária para que a profissão venha a ser um serviço da sociedade, só poderá elaborar-se concretamente quando exista uma equilibrada formação social que saiba situar, convenientemente, os valores individuais e comunitários da sociedade em que cada homem se situa.


## **a formação social, como meio de tornar a profissão um serviço**

Convém salientar que o objectivo desta formação social, que devia ser uma das finalidades mais importantes do ensino universitário não se confina apenas a um conhecimento doutrinal e teórico sobre a questão social. Ao contrário, visa fundamentalmente tornar consciente cada homem dentro da realidade social que o rodeia, das suas responsabilidades face aos problemas que aí se põem e tornar possível a solução deles, à luz da doutrina e da teoria social.

É por isso que qualquer formação das responsabilidades sociais fornecida pela Universidade e que seja desincarnada da verdadeira realidade social, constituirá apenas um meio de iludir o dever essencial da instituição universitária — o de contribuir para a construção da sociedade perfeita. Ora, sendo assim, o universitário só poderá fazer da sua profissão um verdadeiro serviço à sociedade, na medida em que conhecer os grandes problemas nacionais, e desde que possa sentir como suas as preocupações da comunidade e não ignorar as dificuldades dos seus membros menos favorecidos. O universitário necessita, ainda, de saber, em face dos dados que a realidade lhe apresenta, idealizar as linhas de solução desses mesmos problemas.

(Continua na página 26)





**E**m muitas publicações, congressos, etc., se tem chamado a atenção para as modificações das condições sociais do mundo — e a necessidade de que tais modificações se façam de acordo com o pensamento cristão. A universalidade e complexidade crescente dos problemas humanos confere a todas as sociedades do nosso tempo características comunitárias, que se olham com alegria, mas que representam o perigo do anulamento da individualidade da pessoa humana, com todas as suas consequências. A solução socialista — brutalmente realizada pelos regimes comunistas — representa exactamente esta solução extrema, pretendendo levar a todos os indivíduos o máximo de riqueza material, partindo do seu prévio aniquilamento como pessoas, e considerando apenas o aspecto temporal.

A doutrina perene da Igreja, por outro lado,

ções — compete, urgente e constantemente, encontrar as formas práticas que dêem satisfação aos problemas e exigências do mundo de hoje, dentro dos princípios da filosofia e da teologia da vida cristã.

É um dos aspectos desta tarefa que pretendemos focar no presente artigo: o que diz respeito aos problemas do exercício da profissão médica, no seu sentido lato

Não temos o objectivo de apresentar soluções concretas, mas apenas localizar as responsabilidades dos católicos neste campo.

Para tal, começaremos por (I) analisar as condições actuais em que tem de enquadrar-se o exercício da Medicina, e as transformações que se tornam necessárias; em seguida, (II) estudaremos

## O Cristão e os Problemas

é susceptível de se traduzir em diversas formas práticas. A cristalização em soluções formais, ignorando a evolução natural da humanidade, representa um perigo absoluto, pelo descrédito que lança sobre os princípios que as informavam originariamente, pondo a sim em jogo o lugar da Igreja na vida dos homens, e portanto a preparação do Reino de Deus neste mundo.

Aos católicos — por si e pelas suas organiza-

os princípios de natureza moral que têm de presidir à sua organização, qualquer que seja; e, por último (III), veremos a necessidade absoluta de mentalidade esclarecida e actuação viva dos cristãos, neste sector.

Procuraremos ir cotejando todos os factos e observações com a posição da Igreja, de modo a realizar-se uma integração tanto quanto possível perfeita com o seu ensinamento.

## Médicos Contemporâneos

1

A Medicina encontra a sua justificação e o seu fim na realização da Saúde dos homens. Deve portanto caminhar num único sentido: obter uma humanidade mais saudável. Desde já, por Saúde deve entender-se um conceito lato: não apenas a definição negativa de combate à doença, mas antes a positiva de preservar e melhorar o equilíbrio biológico e psíquico da vida humana.

Como Pio XII afirmava, «... comporta positivamente o bem-estar espiritual e social da humanidade, e, a este título, é uma das condições da paz universal e da segurança colectiva» (1).

A questão da saúde ultrapassa assim o quadro da medicina, para atingir o social e entrar na esfera da moral e da religião. A Igreja toma pois um papel activo, no que lhe diz respeito, e considera-a como um dos bens da humanidade, proclamando que «a saúde do corpo e do espirito, assim como a saúde das relações sociais, podem contribuir eficazmente para estabelecer uma atmosfera das mais favoráveis para a paz interior e mútua dos povos» (2).

(1) Discurso à Assembleia Mundial de Saúde, 27.6.49.

(2) *Idem, idem.*



E, para além deste objectivo, puramente humano, da maior capacidade de trabalho e do equilíbrio superior que se atinge com a perfeita saúde, «pode-se sempre esperar, com a graça de Deus, que a vontade do homem atinja uma perfeição mais alta e maior eficácia para o Bem»<sup>(1)</sup>.

Com efeito, normalmente, o homem atingirá mais fácil e perfeitamente o seu fim total e único, pela acção harmoniosa das múltiplas faculdades corporais e espirituais.

Aparece, pois, como um imperativo de ordem natural e sobrenatural, fazer todo o possível por obter mais perfeita saúde para os homens.

As organizações internacionais, nomeadamente a ONU através da sua proclamação dos direitos do homem, evidenciam a unidade dos povos no reconhecimento deste direito de todos os indivíduos à saúde, e portanto a usufruir de todos os benefícios da medicina.

É do modo de realização deste direito na nossa sociedade, no nosso tempo, que nos devemos ocupar.

A Medicina contribui para tal, em dois campos diferentes:

a) — avanço técnico, investigando as melhores condições de preservar a saúde e meios de combater as doenças;

b) — organização da administração dos cuidados dos médicos, de acordo com o avanço dos conhecimentos de cada época.

É deste segundo ponto que nos ocupamos, dado que o primeiro diz respeito a problemas de natureza diferente dos que estamos a considerar.

Pelo que ficou dito a respeito do conceito de saúde, pode-se concluir que para cada sociedade, diremos para cada país, é necessário procurar uma organização dos serviços médicos que permita, dentro das possibilidades da mesma sociedade, a realização do direito dos indivíduos à saúde, isto é, o acesso de todos a serviços médicos de qualidade, independentemente da sua condição económico-social. Esta realização desdobra-se, *sob o ponto de*

*vista médico*, em dois aspectos: preventivo e curativo.

Desde há muito que se verificou que o primeiro exige medidas colectivas, que transcendem o simples indivíduo. Com efeito, envolve todos os problemas de imunização contra doenças contagiosas, de controle de focos epidémicos, condições de higiene pública, alimentação, habitação, trabalho, etc.

O segundo aspecto — classicamente entregue apenas à iniciativa individual — tomou também, neste século, e sobretudo nos últimos vinte anos, características diferentes, do ponto de vista puramente médico, que estamos analisando. O avanço técnico foi consequência e exige uma quantidade média de testes, análises, etc., extraordinariamente dispendiosos, e muitas vezes só realizáveis em entidades organizadas. O mesmo se diga dos métodos da terapêutica.

Estes factos, associados à imprevisibilidade e desigualdade de distribuição das doenças entre os indivíduos duma comunidade, tornam irrealizável, na maioria dos casos, o exercício integral da medicina num regime exclusivamente liberal.

Quer dizer que, se o princípio do direito à saúde poucas ou nenhuma dificuldades levantava, numa época em que a medicina pouco tinha a oferecer, e se realizava num regime liberal, levanta hoje (e cada vez mais) sérios problemas.

É evidente que, posta a questão neste pé, o Estado não pode nem deve alhear-se mais dela, e assim afirmava Pio XII que «não se põe o problema de contestar os direitos e deveres do Estado em face da saúde pública, e sobretudo em favor dos menos favorecidos, tornados ao mesmo tempo mais imprevidentes e mais expostos»<sup>(2)</sup>.

A acção preventiva, pelo seu carácter universal, a eficácia e rapidez que exige, a coordenação mundial necessária, e, como apontámos e sublinhámos, a íntima dependência de muitos outros factores higieno-sociais, reserva ao Estado papel, não só coordenador, mas de iniciativa inegável. A ele incumbe pôr em execução as medidas que melhor sirvam os interesses dos cidadãos, preservando-lhes a saúde e dando-lhes condições de melhoria das mesmas.

A acção curativa, de cunho necessariamente mais restrito, é passível de diversos caminhos de

(1) Discurso ao Congresso de Gastro-Enterologia, 26.IV.52.

(2) Pio XII. Carta de 2.7.1951.

organização, que cabem em dois grandes esquemas:

- ou directamente estaduais,
- ou de organizações privadas,

tanto umas como outras destinadas a garantir aos indivíduos assistência médica curativa eficaz. Procuraremos ver na II parte os princípios, em que tal organização se deve basear, e as suas repercussões sobre a vida dos indivíduos e da comunidade.

## 2

Em 1952, Pio XII afirmava, em Mensagem a um Congresso Médico: «A comunidade é o grande

meio, querido pela natureza e por Deus, para regular as permutas, através das quais se satisfazem necessidades recíprocas, para ajudar cada um a desenvolver completamente a personalidade, segundo as suas aptidões individuais e sociais».

Condensação perfeita, que se aplica completamente aos problemas que estamos a estudar. A organização comunitária de problemas médicos deverá ser sempre feita para serviço do homem como pessoa humana, e por isso justificada, e nunca feita para que o homem sirva os interesses dum grupo — Estado ou outro.

Assim, na medicina preventiva, o Estado actua como mandatário de pessoas, ao serviço destas, e as suas medidas só serão legítimas, quando forem ditadas pelo Bem Comum, e conformes ao respeito da personalidade e da vida humana. Por isso, a Igreja condena veementemente, por um lado, a usurpação de poderes por parte do Estado, e por outro todas as medidas de «State birth-control» por meios atentórios da natureza; de selecção eugénica por esterilização, inseminação artificial, etc.; de experimentação humana, etc., etc.. E encoraja as medidas destinadas a profilaxia de doenças, melhoria de condições de habitação, aperfeiçoamento de alimentação, protecção da maternidade, infância e velhice, etc.

Nestes domínios, mais do que em quaisquer outros, as decisões devem ser adoptadas por órgãos responsáveis e representativos, onde é indispensável uma clarividente informação por mentalidades católicas.

A medicina curativa prende, agora, mais a nossa atenção por ser problema de evolução mais recente, e por ser o mais susceptível de introduzir modificações na vida dos indivíduos e na profissão médica.

A medicina de qualidade, que se pretende para todos, exige, por si mesma, antes dos testes e tratamentos dispendiosos, a realização de princípios de direito natural inerentes ao próprio acto médico, e sem os quais este será profundamente adulterado e, portanto, ineficaz em grande extensão. Se a saúde, como a entendemos, não é apenas o bom funcionamento biológico do organismo, e se mesmo este depende intimamente dum equilíbrio psíquico, os actos médicos não podem ser, apenas, realização de análises e administração de drogas ou intervenções cirúrgicas.

Entre as condições essenciais para o perfeito entendimento médico-doente, e perfeita comunica-



... um imperativo de ordem natural e sobrenatural é fazer todo o possível por obter **mais** perfeita saúde para os homens.



Fundação Cuidar o Futuro

ção entre um e outro, sobressai a possibilidade de escolher o médico, dentro dos limites naturais; e a possibilidade de o médico rejeitar o doente, salvo casos de urgência. É um princípio fundado no direito natural, decorrente da liberdade da pessoa humana, e considerado em todos os códigos deontológicos da profissão médica. Evidentemente, que há limitações naturais de tempo e espaço ou especialização por um lado, e de urgência por outro, que condicionam esta liberdade, e podem portanto ser regulamentadas numa organização. Mas, para além destas, é necessário que haja as mais largas possibilidades de escolha. Todo o carácter de funcionalismo e obrigatoriedade tornará muito duvidosa a obtenção do fim para que se cria a organização: a saúde dos seus membros.

Um perfeito entendimento entre médico e doente exige, também, que este possa, sem perigos de divulgação, abrir-se com aquele. Todo e qualquer sistema que, por um meio ou outro, atente violentamente contra o *segredo profissional*, criando uma situação em que as informações de natureza médica são passíveis de divulgação, de ser obtidas por entidades civis para fins não médicos, de ser consultadas por pessoal desligado das obrigações do mesmo segredo, falha na realização do seu objectivo.

Interessará, aqui, considerar as condições em que o Bem comum poderá exigir anulamento do segredo profissional. Mas serão, sempre, condições especiais, e cuja análise ultrapassa, neste momento, o nosso objectivo.

O livre uso dos meios de diagnóstico e de tratamento dos doentes é outro dos elementos condicionantes do acto médico. O desenvolvimento das possibilidades técnicas é, como vimos, um dos factores predominantes no desencadear e exigir duma medicina organizada. Se se condiciona arbitrariamente a liberdade do médico, neste sector, destrói-se a própria razão de ser do sistema. Insistimos especialmente no aspecto terapêutico, ignorado em muitos sistemas, e que, no fundo, anula — se deficiente — todos os outros.

Finalmente, porque se trata da recepção e prestação de serviços, do exercício duma profissão, interessa considerar o problema da remuneração. Este problema é muito discutido. Supõe-se ultrapassada — embora se deva sempre verificar, se o foi ou



... uma organização dos serviços médicos que permita... o acesso de todos os serviços médicos de qualidade, de acordo com o avanço dos conhecimentos da época.

Fundação Cuidar o Futuro

não — a fase de elemental justiça, isto é, pagamentos mínimos dignos. Infelizmente, a confusão reinante entre prestação de serviços num esquema de organização médica, e o espírito de caridade que sempre animou o exercício da medicina e ditou muitos actos médicos gratuitos, suficiente nos tempos em que a consulta médica era quase tudo o que havia a fazer, criou uma situação a todos os títulos insustentável.

Não há outra saída para tal problema que não seja remunerar os actos médicos de acordo com o nível de vida social das profissões similares e da comunidade em que se exerce.

Discute-se se a remuneração nos esquemas de saúde deve ser fixa; ou, de acordo com o número de indivíduos inscritos, independentemente do número de cuidados ministrados; ou, ainda, de acordo com os actos médicos realizados. A primeira fórmula aparece em alguns tipos de serviços estandarizados ou de tempo fixo; corresponde, para os serviços clínicos correntes, à socialização pura — e contudo encontra-se em muitos dos nossos esquemas.



A segunda é a do N.H.S. da Grã-Bretanha. A terceira é a que corresponde à mais completa autonomia do acto médico e a remuneração justa. Além disso, é a que permite mais livre exercício dentro de qualquer esquema, e a que melhor garante as liberdades de escolha. Por outro lado, é a mais dispendiosa e de mais difícil controle.

Pensamos que o doente deve participar em cada despesa, isto é, que a organização médica deve garantir a maior parte, mas não a totalidade das despesas. Não vemos outro meio de responsabilizar directamente as pessoas nos cuidados exigidos, e de combater, portanto, a irresponsabilidade — que se verifica, p.e., em alguns dos sistemas socialistas.

Toda e qualquer organização deverá, assim, ser feita com o objectivo de garantir cuidados médicos eficazes, e segundo os princípios expostos. De acordo com o ensino tradicional da Igreja, o caminho de organizações privadas deve ser preferido sempre que possível. Mas este falhará necessariamente, se não for encorajado pelo Estado, dada a transcendência dos problemas com que lida. Por outro lado, as organizações privadas ficam muitas vezes demasiado dispendiosas para o nível de vida de determinadas populações. O Estado aparece, nestes casos, como a entidade que deve trabalhar para a realização deste direito dos cidadãos. Deve portanto, antes de mais, criar todas as condições sociais e económicas que facilitem as organizações privadas; e depois, exercer o controle das mesmas, de modo a garantir à comunidade, que elas servem, o respeito dos princípios essenciais. Sempre que tal não seja possível ou eficaz, pode e deve promover por si a organização de esquemas de Seguro de Saúde, de acordo com os mesmos princípios, o que significa que deve sempre evitar, para bem de todos, uma estatização da medicina que coloque doentes e médicos na dependência absoluta do Estado, criando um vazio de responsabilidade em cada um.

### 3

Creemos ter demonstrado a necessidade inevitável de organização da prestação de serviços médicos, e desenvolvido suficientemente os princípios a que deve obedecer.

De tudo o que foi dito transparece que os pro-

blemas são, para além de médicos, sociais e nacionais; mas também é evidente a extrema responsabilidade da classe médica, pois pela sua resistência, oposição, ou colaboração e mesmo iniciativa, pode e deve condicionar a realização de qualquer esquema.

Que o problema da efectivação do direito à saúde interessa à Igreja, foi várias vezes repetido por Pio XII. Os cristãos têm obrigação de se empenhar neste problema, obrigação que transcende a razão aliás positiva de obter uma humanidade saudável, para encontrar plena força no mandamento da Caridade cristã: amar o próximo como a Deus. Todos os nossos esforços, neste sector, são feitos essencialmente por uma razão de amor, e só secundariamente para se obter o bem-estar colectivo. Por isto mesmo, devem ser mais fortes, mais enérgicos, mais generosos que os de quaisquer outros, movidos por razões puramente naturais.

E aqui podemos perguntar se, de facto, tem sido sempre assim, ou se, por preguiça e cristalização nossa em formas inadaptadas, como dizia no início, deixamos a outros toda a iniciativa nesta matéria, sujeitando-nos, portanto, necessariamente às suas orientações.

A magnífica caridade cristã exercia-se, neste sector, nos séculos passados, pela prestação gratuita de serviços médicos aos pobres. Pois bem. Pensamos que essa fórmula não é mais possível só por si, e que pode ser até contra a essência da verdadeira Caridade, quando contrariar o desenvolvimento de formas novas e mais eficazes de prestação de cuidados médicos aos mesmos pobres. Isto porque, repetimos, o acto médico era quase tudo o que se podia oferecer nos séculos passados, mas é hoje, em si, uma parte apenas do que podemos fazer para tratar as doenças. A nossa alegria por este facto deve ser imensa, pois representa, não que o acto médico tenha diminuído de valor, mas que se desenvolveram — pelo esforço de homens movidos pelo exacto sentido do próximo — outros elementos, que vieram potenciar aquele.

A nossa obrigação deve ser pois lutar por todos os meios para que um número cada vez maior de pessoas possa ter direito a esses serviços, e não mascarar a realidade e gravidade do problema pela esmola de alguns donativos. Se vivermos verdadeiramente o que se diz no Evangelho sobre o nosso

próximo, tudo isto nos parecerá necessariamente evidente. Se a caridade do samaritano teve a sua melhor expressão em conduzir o ferido à estalagem, tratá-lo como podia, e providenciar a que nada lhe faltasse, nos nossos dias, para além desta expressão — que não desaparecerá nunca — nós podemos e portanto, devemos, pela Graça do Senhor, exprimir a nossa caridade por muitos outros meios: todos aqueles de que dispomos.

Os princípios deontológicos que tem regido o exercício da profissão médica são anteriores ao Cristianismo. Mas só este lhes deu completa justificação moral, e objectivos que transcendem a cura temporal do homem doente para considerarem as condições de preservar a saúde do corpo e da alma, com um fim que transcende os horizontes deste mundo.

Ora a tradição é insuficiente para manter esses princípios, se houver profundas transformações sociais, como no nosso tempo. E atinge-se insensivelmente o compromisso com soluções mais fáceis, com objectivos políticos ou económico-sociais, se não forem vivificados pela doutrina cristã. Não tenhamos ilusões a esse respeito. O aparente acordo sobre esses princípios, que ainda hoje se obtém na maioria dos meios, poderá perder-se, se não lhe dermos justificação mais alta do que a dignidade ou a tradição.

Os princípios que foram analisados na segunda parte deste artigo são a condição do exercício da profissão médica de acordo com a doutrina cristã. Aos cristãos compete estudá-los, divulgá-los, tirar deles todas as consequências doutrinárias e práticas, e — finalmente, mas não secundariamente — colaborar no estudo de formulas práticas que os realizem na sociedade de hoje. A clássica medicina liberal, que realizava esses princípios, tornou-se em si insuficiente e acessível a um número reduzido de pessoas. As outras — a maioria — não poderão, num esquema completamente liberal, nem escolher o médico, pois terão de aceitar os que as observarem gratuitamente ou quase, nem ter acesso aos benefícios

da medicina actual, pelo custo elevado de muitos testes e tratamentos. Também os médicos, neste sistema, apenas serão remunerados pelas pessoas que o puderem fazer, o que transforma a sua vida numa dependência injusta. Esta não é, com certeza, uma situação cristã.

Ponto especialmente importante, e que portanto merece especial atenção, é o da definição do papel do Estado nesta obra. Para grupos populacionais pobres, como parte da nossa população, tem que tomar papel activo, como já se disse — e, por isso, importa que toda a legislação seja feita de acordo com os princípios expostos e com planificação inteligente, e não para realizar apenas o que for oportuno ou mais fácil. Sobretudo, temos que evitar a grande tentação e perigo dos nossos dias — uma estatização da medicina com prático anulamento das liberdades e responsabilidades individuais.

Grande parte das responsabilidades na obediência aos princípios deontológicos cabe aos médicos, economistas e sociólogos cristãos, e deles também dependerá o encontrar-se a fórmula mais eficiente para cada caso. As soluções que propusermos, além de boas teóricamente, tem de ser possíveis e eficazes. A nossa insuficiência, neste aspecto, explica muitos desvios que observamos no nosso tempo. A evolução do mundo, nos últimos trinta anos, ensina-nos que, se falharmos nesta obra de constante renovação cristã das estruturas sociais, de acordo com as necessidades de cada momento, outros, cujas ideias não serão necessariamente cristãs, realizarão essa renovação, de acordo apenas com as necessidades temporais imediatas. E por nossa culpa, e não da Igreja, estaremos progressivamente a enclausurá-la num mundo construído à sua margem e sem a sua inspiração.

Fevereiro de 1961.

JOSÉ PINTO CORREIA



# ARTES

## Porque é «difícil» a pintura moderna ?

Pelo PROF. FERREIRA D'ALMEIDA

### I

«Não percebo nada...»; «Isto não tem pés, nem cabeça»; «borrões e riscos assim, também eu fazia»; «parecem bonecos pintados por uma criança...»

Estes e outros comentários, acompanhados de acusações à «incompetência», à «má fé», à «intrujice», à «loucura», ao «desvairo» dos artistas contemporâneos, ouvimo-los constantemente de todas as bocas... quando se fala da pintura dos nossos dias...

Será realmente assim? Viveremos numa época de retrocesso ou decadência artística? Estaremos numa fase de esterilidade ou de anarquia, de incapacidade geral para a grande criação plástica? Uma conclusão se deduz facilmente destas opiniões correntes: que a arte moderna, apesar de se ter definido, desde há mais de meio século, nalgumas das suas tendências fundamentais, não foi ainda entendida pelo grande público, só é apreciada por uma minoria reduzida (e não incluímos os que, por **snobismo** ou para se darem ares de entendidos, fingem apreciá-la...)

De quem é a culpa desta situação, deste divórcio entre o criador e o contemporador? Onde está o mal: no artista ou no público?

Para responder, é necessário ir até às raízes desta estranha repulsa e definir, provisoriamente e de maneira sucinta, a «arte moderna».

«Arte moderna» não quer dizer toda a arte realizada nos tempos de agora. Porque há muitos pintores e escultores que fazem quadros e estátuas à maneira de antigas escolas e artistas, repetindo fórmulas, usando receitas, que já tiveram a sua hora e não passam de «resíduos» artísticos a que dão vida artificial. Artistas pouco originais, imitadores ou epígonos da grande arte do passado. Esses não pertencem à arte da nossa época, embora vivam connosco...

A arte moderna abrange apenas aqueles artistas que trouxeram uma visão nova, uma concepção estética, um sentimento ou uma interpretação diferentes dos



que a Europa conheceu até meados do século XIX. Os que representaram aspectos e formas inéditas do mundo e do homem, os que criaram uma outra realidade artística, novas concepções do espaço plástico, etc.

Quando começou esse movimento (melhor diríamos, movimentos...) e que aspectos tomou?

Esta autêntica revolução eclodiu em França e embora já viesse esboçando-se desde os meados do século XVIII, só no século XIX, através de várias fases (que na sua diversidade se integram num processo único), se definiu decisivamente.

Costuma atribuir-se ao movimento do «Impressionismo» o papel decisivo: dele saíram as grandes figuras, as «figuras chave» — que serviram de guias e de «faróis», na expressão de um crítico, aos artistas mais originais de hoje.

Os primeiros sinais de uma transformação profunda notam-se claramente na pintura romântica e, sobretudo, na obra de um dos maiores pintores franceses: Eugène Delacroix. (Desde já sublinhamos a contribuição decisiva da pintura na formação da arte moderna: na pintura se revelaram os princípios originais que iriam transformar depois as outras artes plásticas).

O Romantismo não quis romper com o passado, mas trouxe uma profunda modificação no mundo das imagens: os temas, as cenas representadas nos quadros, são renovados: desde o Renascimento que não houvera tanta mudança de assuntos. Os artistas vão buscar às regiões exóticas, às literaturas estrangeiras, medievais e modernas, estímulos para a sua imaginação: o Olimpo de Homero cede o lugar ao paraíso de Ossian; os heróis de Shakespeare ou de Walter Scott, de Byron ou de Goethe, substituem os guerreiros romanos, os personagens bíblicos, as «fêtes galantes», e tudo o mais que enchera as telas da arte europeia desde o século XVI.

Por outro lado, afirma-se acusadamente um individualismo, um culto do «Eu» que tenderá a desagregar o espírito colectivo anterior. O artista isola-se, guia-se cada vez mais pelo seu próprio gosto, revolta-se... quer pintar a seu jeito e não por regras de escola...

Contudo os esquemas de composição, os processos estilísticos, a concepção do espaço nos quadros, continuam a ser os mesmos. Só os personagens e os trajos são novos... A maior novidade estética do Romantismo, segundo Feaucastel, foi a substituição do desenvolvimento clássico, em que todas as partes de uma obra estão coordenadas na mira de um efeito de conjunto (regra das unidades), pelo desenvolvimento em episódios, pelas variações sobre um tema dado. Os mesmos personagens aparecerão em séries de imagens, correspondentes às diferentes fases de uma mesma acção. O gosto pelo pitoresco e esse novo encadeamento de imagens resultam de uma intenção renovadora dos temas, para excitar a imaginação, de modo a criar um diálogo mais vivo com o público. Novidades que não foram bem

(Continua na página 27)





# Eu pecador

«Senhor não me tomeis na vossa cólera»  
(Ps. 6)

«Felizes aqueles a quem são perdoados  
os pecados»  
(Ps. 31)

Todos os dias, os jornais, os romances, o cinema e as conversas nos põem perante homens que dizem o que fizeram de mal e se vangloriam do que fizeram.

Os criminosos confessam os seus crimes; por vezes arrependidos, lamentam o seu passado, certas pessoas tendo procedido mal procuram alguém que as oiçam, com quem possam desabafar, na esperança de um conselho, de uma força, de um apoio.

Longa poderá ser a lista dos exemplos em que há alguém em atitude de confissão perante outro. Nenhum deles, no entanto, será capaz de nos fazer

entrevier o encontro entre Deus e o homem pecador, que é a Confissão. Neste sacramento, o principal não é tanto dizer o que se faz de mal, mas sim encontrar Deus. E é mais perante um Pai, que perante um juiz que nos apresentamos. Não se trata apenas de lamentar, mas de abolir o passado. É-nos dado mais do que uma presença, é um conselho de amigo, a própria força capaz de nos fazer mudar de vida e a alegria de entrar, de novo, na amizade de Deus.

## EU PECADOR ME CONFESSO A DEUS TODO PODEROSO...

As primeiras palavras da confissão lançam-nos em cheio no mistério. Uma pessoa procura um padre. Ajoelha-se diante dele e prepara-se para lhe fazer a confissão das suas faltas. Esse padre é homem como ele, pecador como ele. Veio procurá-lo e não é a ele, em primeiro lugar, que se dirige, mas ao Senhor, todo poderoso, criador do céu e da terra... «*Eu pecador me confesso a Deus, todo poderoso...*». Estas palavras, apenas, dizem-nos o que é a confissão: um encontro de Deus e do homem.

O Evangelho conta que um dia, Pedro, tendo trabalhado toda a noite, voltou às margens do lago Genesaré sem ter pescado nada. Jesus no entanto incitou-o a que tentasse de novo e ele tendo obedecido conseguiu recolher uma quantidade espantosa de peixes. Perante isto, Simão-Pedro caiu de joelhos diante de Jesus e disse: «*Afasta-te de mim, Senhor, que sou um homem pecador.*»

Pedro conhecia Jesus e amava-o e considerava-o como o seu Mestre. Tinha visto já muitos milagres, tinham vivido juntos, tinham comido e bebido juntos. Juntava, a um respeito sem limites, uma amizade inquebrantável. Mas neste milagre parece ter havido mais qualquer coisa revelada. Pedro parece descobrir mais claramente que Jesus, mais que um homem, mais que um amigo, mais que um mestre ou um profeta, era Deus, pois só Deus é capaz de tais prodígios.

E a sua primeira reacção não é a alegria, não é a acção de graças, mas esta exclamação: «*Afasta-te de mim, Senhor, que sou um homem pecador.*». E nela aparece toda a consciência da grandeza e da imensidade de Jesus. É ao mesmo tempo uma expressão de amor, como se ele quisesse preservar a santidade de Jesus do contacto e da proximidade de um homem como ele. Ama e foge. Foge, porque ama. Foi no momento, em que entreviu a santidade de Deus, que ele teve consciência do seu próprio pecado, da sua miséria e da sua impureza. Em



# r me confesso...



presença de Deus, vê que é pecador e não compreende que seja possível estar o pecado face a face com a santidade de Deus.

Mal, porém, os barcos tocaram terra, Pedro deixa tudo e segue Jesus. Que espécie de reviravolta se terá dado? É que ele sabe que é pecador, mas sabe também que precisa de Jesus. Precisa tanto mais dele, quanto mais sabe que é pecador. Certamente não se teria ligado com tão grande força a Cristo, se primeiro não tivesse feito a descoberta da sua própria miséria e da infinita misericórdia de Deus.

Aquele que se confessa não foge para longe da face de Deus, mas pelo contrário procura-a. O seu primeiro acto, o seu primeiro movimento não é para olhar para si mesmo, mas para levantar os olhos ao céu afim de contemplar a grandeza e a santidade de Deus. «*Eu pecador me confesso a Deus, todo poderoso...*». A atitude, para que é solicitado, é mais um acto de amor que um acto de temor. Se tiver olhado para Deus, sabe mais claramente, do que através de todos os exames de consciência, que é um grande pecador. Verá quem é ele próprio, e descobrirá quem é Deus.

E deste encontro brotará nele, como antes em Pedro, o desejo de nunca mais se afastar daquele que o admitiu à sua presença.

## ... AOS SANTOS... E A VÓS PADRE

Há muitas maneiras de dizer o *confiteor*, no princípio da confissão. A maior parte das vezes, recita-se rapidamente. Por timidez, por pouco à-vontade, por pensar talvez que o *confiteor* é uma espécie de introdução formal, sem grande importância, tanto mais que, em alguns casos, quando há muita gente a confessar, ela pode ser omitida...

Mas **pensem** bem nas palavras e na realidade que elas invocam: *Deus todo-poderoso, a bem-aventurada sempre Virgem Maria, S. Miguel Arcanjo, S. João Baptista, São Pedro e S. Paulo, todos os santos*, são nomeados e as palavras, se forem pronunciadas com firmeza, com consciência e respeito, introduzem-nos de repente na contemplação do céu.

Quando se chega às últimas palavras desta enu-

meração «... e a vós Padre», o padre ouve, então, esta palavra como um apelo de Deus. Está ele, pecador também, sentado nesse vasto tribunal em que o céu se reúne para perdoar, e encarregado de aí também tomar a palavra e dar a sentença.

Diante desse tribunal que reúne à volta do Senhor, os santos do céu e a Igreja da terra, o penitente descobre-se indigno da sociedade dos santos e da sua participação na Igreja.

Isto não é exagero. Basta ver a reacção dos que não crêem, diante de um cristão que mente ou diz mal do seu vizinho, ou que aceita um pequeno compromisso menos sério. «Os cristãos não são melhores que os outros». Toda a Igreja é influenciada no juízo formulado.

Nesta apreciação há certamente exagero e sobretudo ignorância do que é realmente a Igreja. Porque a Igreja é uma reunião de pecadores. Mesmo a Igreja celeste (exceptuando Cristo, a SS. Virgem e os Anjos) é uma cidade de pecadores perdidos.

De facto, o nosso pecado é um atentado contra a santidade da Igreja e para pertencer a essa Igreja temos de invocar sobre nós a misericórdia do Senhor e a oração dos santos nossos irmãos.

Porque os santos podem ajudar-nos. É de resto o que pedimos mais adiante: «*Por isso peço à bem-aventurada Virgem Maria, S. Miguel... que rogueis por mim*». Os pecadores de ontem (os santos, todos os santos), hoje perdoados, purificados e glorificados, vêm socorrer-nos, para que, purificados das nossas faltas, possamos ter acesso à sociedade com eles.

E o padre, o único membro da Igreja da terra a quem nos dirigimos, o padre está lá presente em nome de todos os vivos. Está lá, também, em nome de Cristo e vai repetir as palavras de Jesus no Evangelho: «*Vai em paz e não tornes a pecar*».

## ... PORQUE PEQUEI MUITAS VEZES

Quantas vezes dizemos estas palavras sem acreditarmos que elas sejam verdade? Não matei, não roubei. Não fiz nada de mal, apenas pequenas faltas, como toda a gente... E admiramo-nos, quando



# Eu pecador me confesso...

«Senhor não me tomeis na vossa cólera»

(Ps. 6)

«Felizes aqueles a quem são perdoados os pecados»

(Ps. 31)

*Todos os dias, os jornais, os romances, o cinema e as conversas nos põem perante homens que dizem o que fizeram de mal e se vangloriam do que fizeram.*

*Os criminosos confessam os seus crimes; por vezes arrependidos, lamentam o seu passado, certas pessoas tendo procedido mal procuram alguém que as oiçam, com quem possam desabaçar, na esperança de um conselho, de uma força, de um apoio.*

*Longa poderá ser a lista dos exemplos em que há alguém em atitude de confissão perante outro. Nenhum deles, no entanto, será capaz de nos fazer*

*entrevier o encontro entre Deus e o homem pecador, que é a Confissão. Neste sacramento, o principal não é tanto dizer o que se faz de mal, mas sim encontrar Deus. E é mais perante um Pai, que perante um juiz que nos apresentamos. Não se trata apenas de lamentar, mas de abolir o passado. É-nos dado mais do que uma presença atenta e um conselho de amigo: a própria força capaz de nos fazer mudar de vida e a alegria de entrar, de novo, na amizade de Deus.*

## EU PECADOR ME CONFESSO A DEUS TODO PODEROSO...

As primeiras palavras da confissão lançam-nos em cheio no mistério. Uma pessoa procura um padre. Ajoelha-se diante dele e prepara-se para lhe fazer a confissão das suas faltas. Esse padre é homem como ele, pecador como ele. Veio procurá-lo e não é a ele, em primeiro lugar, que se dirige, mas ao Senhor, todo poderoso, criador do céu e da terra... «*Eu pecador me confesso a Deus, todo poderoso...*». Estas palavras, apenas, dizem-nos o que é a confissão: um encontro de Deus e do homem.

O Evangelho conta que um dia, Pedro, tendo trabalhado toda a noite, voltou às margens do lago Genesaré sem ter pescado nada. Jesus no entanto incitou-o a que tentasse de novo e ele tendo obedecido conseguiu recolher um quantidade espantosa de peixes. Perante isto, Simão-Pedro caiu de joelhos diante de Jesus e disse: «*Afasta-te de mim, Senhor, que sou um homem pecador.*»

Pedro conhecia Jesus e amava-o e considerava-o como o seu Mestre. Tinha visto já muitos milagres, tinham vivido juntos, tinham comido e bebido juntos. Juntava, a um respeito sem limites, uma amizade inquebrantável. Mas neste milagre parece ter havido mais qualquer coisa revelada. Pedro parece descobrir mais claramente que Jesus, mais que um homem, mais que um amigo, mais que um mestre ou um profeta, era Deus, pois só Deus é capaz de tais prodígios.

E a sua primeira reacção não é a alegria, não é a acção de graças, mas esta exclamação: «*Afasta-te de mim, Senhor, que sou um homem pecador.*» E nela aparece toda a consciência da grandeza e da imensidade de Jesus. É ao mesmo tempo uma expressão de amor, como se ele quisesse preservar a santidade de Jesus do contacto e da proximidade de um homem como ele. Ama e foge. Fogue, porque ama. Foi no momento, em que entreviu a santidade de Deus, que ele teve consciência do seu próprio pecado, da sua miséria e da sua impureza. Em

presença de Deus, vê que é pecador e não compreende que seja possível estar o pecado face a face com a santidade de Deus.

Mal, porém, os barcos tocaram terra, Pedro deixou tudo e segue Jesus. Que espécie de reviravolta se terá dado? É que ele sabe que é pecador, mas sabe também que precisa de Jesus. Precisa tanto mais dele, quanto mais sabe que é pecador. Certamente não se teria ligado com tão grande força a Cristo, se primeiro não tivesse feito a descoberta da sua própria miséria e da infinita misericórdia de Deus.

Aquele que se confessa não foge para longe da face de Deus, mas pelo contrário procura-a. O seu primeiro acto, o seu primeiro movimento não é para olhar para si mesmo, mas para levantar os olhos ao céu afim de contemplar a grandeza e a santidade de Deus. «*Eu pecador me confesso a Deus, todo poderoso...*». A atitude, para que é solicitado, é mais um acto de amor que um acto de temor. Se tiver cuidado para Deus, sabe mais claramente, do que através de todos os exames de consciência, que é um grande pecador. Verá quem é ele próprio, e descobrirá quem é Deus.

E deste encontro brotará nele, como antes em Pedro, o desejo de nunca mais se afastar daquele que o admitiu à sua presença.

## ... AOS SANTOS... E A VÓS PADRE

Há muitas maneiras de dizer o confiteor, no princípio da confissão. A maior parte das vezes, recita-se rapidamente. Por timidez, por pouco à-vontade, por pensar talvez que o confiteor é uma espécie de introdução formal, sem grande importância, tanto mais que, em alguns casos, quando há muita gente a confessar, ela pode ser omitida...

Mas pensemos bem nas palavras e na realidade que elas invocam: *Deus todo-poderoso, a bem-aventurada sempre Virgem Maria, S. Miguel Arcanjo, S. João Baptista, São Pedro e S. Paulo, todos os santos*, são nomeados e as palavras, se forem pronunciadas com firmeza, com consciência e respeito, introduzem-nos de repente na contemplação do céu. Quando se chega às últimas palavras desta enu-

meração «... e a vós Padre», o padre ouve, então, esta palavra como um apelo de Deus. Está ele, pecador também, sentado nesse vasto tribunal em que o céu se reúne para perdoar, e encarregado de aí também tomar a palavra e dar a sentença.

Diante desse tribunal que reúne à volta do Senhor, os santos do céu e a Igreja da terra, o penitente descobre-se indigno da sociedade dos santos e da sua participação na Igreja.

Isto não é exagero. Basta ver a reacção dos que não crêem, diante de um cristão que mente ou diz mal do seu vizinho, ou que aceita um pequeno compromisso menos sério. «Os cristãos não são melhores que os outros». Toda a Igreja é influenciada no juízo formulado.

Nesta apreciação há certamente exagero e sobretudo ignorância do que é realmente a Igreja. Porque a Igreja é uma reunião de pecadores. Mesmo a Igreja celeste (exceptuando Cristo, a SS. Virgem e os Anjos) é uma cidade de pecadores perdoados.

De facto, o nosso pecado é um atentado contra a santidade da Igreja e para pertencer a essa Igreja temos de invocar sobre nós a misericórdia do Senhor e a oração dos santos nossos irmãos.

Porque os santos podem ajudar-nos. É de resto o que pedimos mais adiante: «*Por isso peço à bem-aventurada Virgem Maria, S. Miguel... que rogueis por mim*». Os pecadores de ontem (os santos, todos os santos), hoje perdoados, purificados e glorificados, vêm socorrer-nos, para que, purificados das nossas faltas, possamos ter acesso à sociedade com eles.

E o padre, o único membro da Igreja da terra a quem nos dirigimos, o padre está lá presente em nome de todos os vivos. Está lá, também, em nome de Cristo e vai repetir as palavras de Jesus no Evangelho: «*Vai em paz e não tornes a pecar*».

## ... PORQUE PEQUEI MUITAS VEZES

Quantas vezes dizemos estas palavras sem acreditarmos que elas sejam verdade? Não matei, não roubei. Não fiz nada de mal, apenas pequenas faltas, como toda a gente... E admiramo-nos, quando



na vida dos santos lemos que alguns deles se confessavam, todos os dias. Quando vemos que eles se consideravam grandes pecadores, pensamos: «Não é possível. Eles diziam isto por humildade, mas não é verdade». Por um pouco, chegaríamos a dizer que os santos mentiam em vez de aceitar que eles tenham sido grandes pecadores.

Mas quem se engana? Os santos que amaram Deus e que são nossos modelos ou nós que nos consideramos bons cristãos? Quem está no erro? Eles que procuraram contemplar a santidade de Deus ou nós que organizamos a nossa vida de modo a torná-la o menos desconfortável possível?

«Se pretendermos não ter pecados, diz S. João, enganamo-nos a nós mesmos». E, pensando na morte de Cristo, acrescenta esta frase: «Se pretendermos não ter pecados, fazemos dele, de Cristo, um mistificador.»

De resto, todo o novo Testamento nos fala dos pecadores. Cristo é criticado pelos fariseus por se relacionar com os pecadores e esclarece: «Eu vim por causa dos pecadores, e não dos justos». Não esqueçamos também o que Cristo diz sobre o fariseu e o publicano. Todo o que diz ou pensa que não tem pecados inclui-se no número dos fariseus. Se queremos ter parte com Cristo, é preciso reconhecer que somos pecadores, não apenas de boca, mas também de coração.

### O que é um pecado

É uma falta contra a lei de Deus.  
É uma falta: não é portanto forçosamente um ACTO. Os pecados de omissão são, às vezes, os mais graves. Diz-se: «**não matei nem roubei, não comi carne em dia de abstinência...**». Mas esquece-se de dizer: «**Não auxilié o próximo. Não dei a devida atenção à educação dos meus filhos. Não rezei durante a tentação. Não fiz esforços para esclarecer a fé. Não me importei com uma competência profissional séria...**».

Uma falta contra a lei de Deus. Esta lei é apenas a dos dez mandamentos de Deus, prolongados e precisados por mandamentos da Igreja. A lei da caridade e a obrigação de perdoar não são mencionadas aí, e no entanto são absolutamente essenciais. Não diz Jesus que a lei da caridade é o grande mandamento? E os deveres de estado, não serão também lei de Deus?

Seja feita a vossa vontade, dizem no Pai-Nosso. Não será pecado, tudo o que é fuga a essa vontade divina?

É-nos difícil o sentido do pecado? Na verdade tudo em nós conspira para nos tentar a ignorar as nossas faltas. Arranjamos mil e uma desculpas e justificações. Depois, fora de nós, a mentalidade geral tende a ignorar o pecado, procurando um sem número de razões na psicologia para explicar e tirar o justo valor ao comportamento dos indivíduos. Por outro lado, o esforço de destruição dos quadros tradicionais, a completa anarquização dos valores que é conscientemente provocada, alargada, naturalmente não conduzem ao esclarecimento e ao fortalecimento da consciência moral de cada um.

Mas para nós, cristãos, a morte e a Paixão de Cristo têm uma causa. Essa causa chama-se o pecado. Não apenas os crimes graves. É o pecado de todos os homens.

É-nos difícil ver em que pecamos. Mas Jesus disse-nos que no dia do julgamento os homens ficarão surpreendidos por saber que se recusaram a dar de comer a Cristo, de o vestir, de o visitar. Não sabiam que, recusando esses serviços humildes ao mais pequeno dos seus irmãos, ofendiam Deus.

O Sermão da Montanha, os capítulos V, VI, VII, de S. Mateus, podem servir-nos de guia para examinar a nossa vida. Se os lermos atentamente, ouvindo a palavra, que neles nos são dirigidas sentimos o que é o juízo de Deus e veremos o que é pecado na nossa vida.

Creio que por vezes a consequência seria quase desesperar. Mas é uma graça de Deus o conhecermo-nos. E é do conhecimento interior que tem de partir a conversão.

Quando a Igreja nos convida a dizer: «*pequei muitas vezes*», não quer que isto seja uma mentira, mas quer levar-nos ao caminho da verdade sobre nós mesmos, esperando daí uma reforma de vida, capaz de pouco a pouco fazer, de cada pecador arrependido, um santo.

### MEA CULPA...

Há pouco, falávamos das justificações que arranjamos para as nossas faltas. É que na verdade é extremamente difícil confessar a nossa culpa, por que isso corresponde a tomar a inteira responsabilidade no facto. É um compromisso e uma cadeia atada às nossas mãos.

«Reconheço a minha falta. O meu pecado está diante de mim. Pequei contra ti. O que é mal a teus olhos, eu o fiz».

Estas são as palavras de David, recordando a sua falta. Elas são, não apenas a confissão de uma coisa mal feita, mas a declaração da inteira responsabilidade, a sua própria condenação. Mas só se pode condenar o próprio passado, quando pelo arrependimento estamos já a caminho de ser uma nova criatura.

Quando no *Confiteor*, dizemos «por minha culpa» isso deve ajudar-nos a lançar o pecado da nossa vida: «se ereis falsos, sereis verdadeiros; se o ódio ou a indiferença estavam no vosso coração, enchê-lo-eis agora de amor».

## COMO PENITÊNCIA

A confissão para cada pessoa que se confessa reclama uma conversão. Ela põe-nos a nós pecadores perante um Deus que é Pai, que nos ama, que é infinitamente misericordioso. Ela conduziu-nos directamente à comunhão, à presença viva do Amor.

Mas a mudança é raro ser imediata e radical. A graça do Senhor vive dentro de nós sujeita à atenção e aos cuidados que lhe damos — chama forte, devorante umas vezes, outras apenas uma luzinha débil e hesitante.

É pois papel do sacerdote ajudar a transformar o nosso coração, fazendo reviver nele o amor de Deus.

E, quando o padre termina dizendo: «*Como penitência...*», não se trata de uma formalidade, mas lembra-nos que a penitência é o caminho que permitirá reentrar na amizade de Deus.

Dantes, a Igreja exigia dos pecadores uma penitência dura: jejuns severos e prolongados. Sabia que o coração do homem, como o do filho pródigo, não se converte num instante. A penitência é o caminho que leva ao amor.

Mesmo, quando a conversão fosse completa seria necessário fazer penitência. Ou talvez não. Se a conversão fosse completa, se o pecador de ontem lamentasse as suas faltas por ter ofendido a Deus, como poderia viver alegremente? A penitência é para o pecador arrependido uma necessidade de reparação, de reconciliação.

Como penitência... O rigor de outros tempos atenuou-se singularmente: «...*recite uma dezena do terço*». A oração substitui quase sempre a penitência. A Igreja tem as suas razões para ser menos severa. As palavras que emprega são, no entanto, um convite à reflexão. Substituindo o jejum pela

oração, a Igreja insiste contudo no fim a atingir. Parece retomar as palavras do filho pródigo: «*Quero ir ao encontro de meu Pai*». Orienta-nos o espírito e o coração para Aquele, que é o único que pode fazer misericórdia.

## QUE DEUS TODO-PODEROSO TENHA PIEDADE DE TI

Quando o penitente se confessa, levanta o seu olhar para Deus. Mal acaba de dizer «*mea culpa*» continua: «*por isso peço à bem-aventurada sempre Virgem Maria... a todos os santos e a vós padre que rogueis por mim a Deus nosso Senhor*». A causa é posta nas mãos do Senhor. O penitente pede que Deus seja misericordioso para com ele.

É isto que vemos: uma esperança, um apelo. E o que não vemos, é tudo o que Cristo revelou e que o coração do homem não ousava imaginar. Ele descreveu-nos os sentimentos que vivem no coração de Deus.



### Pecado mortal e pecado venial

Em teoria é fácil distinguir.

Um pecado mortal tem por efeito separar-nos de Deus, de pôr a alma em estado de morte.

Um pecado venial não nos separa de Deus, mas atrasa o nosso progresso no seu amor. Não nos faz voltar as costas a Deus mas faz-nos andar à margem dos seus caminhos.

Se o primeiro é evidentemente mais grave que o segundo, é por vezes muito difícil distinguir um do outro na prática.

E o princípio da moral cristã não é: «*Cometei todos os pecados veniais que quiserdes, desde que não chegueis ao pecado mortal*». O princípio da moral cristã é: «*Amarás o Senhor teu Deus com toda a tua alma, com todo o teu espírito, com todas as tuas forças, e o teu próximo como a ti mesmo*». E ainda: «*Sêde perfeitos como vosso Pai celeste é perfeito*».

Deus, ao longo do Antigo Testamento, tinha dito de si mesmo que é «*Deus misericordioso e compadecido, lento na cólera, rico em bondade, que perdoa a iniquidade, a revolta e o pecado*». Toda a história do povo de Deus é a história de uma misericórdia que nunca se cansa. Os profetas, no meio das suas piores ameaças contra esse povo de

## ALGUMAS DÚVIDAS DE CONSCIÊNCIA

### «TENHO SEMPRE OS MESMOS PECADOS»

E depois? Cada novo pecado exige uma nova confissão e uma nova absolvição. Deus não se cansa de perdoar.

— Mas se eu cometo sempre os mesmos pecados é que não faço nenhuns progressos, por isso a confissão não me serve de nada.

— Como se pode saber isso? É muito difícil conhecerno-nos. Podemos confessar pecados sob o mesmo nome, dentro de uma mesma categoria, e no entanto fazer progressos reais, se a insistência no pecado diminui, se as nossas quedas nos tornam mais humildes e mais exigentes connosco próprios.

### «NÃO SINTO CONTRIÇÃO»

A contrição é uma «dor», por ter ofendido Deus. Mas esta dor não é da sensibilidade, não vem acompanhada de lágrimas, nem mesmo, muitas vezes, de tristeza vivamente experimentada.

Esta dor deve ser na vontade. Se se tem o desejo, talvez imperfeito de não tornar a cair, sobretudo, se se está pronto a fazer tudo para evitar as ocasiões de pecado, é suficiente como contrição.

Muitas vezes não temos contrição, porque os nossos exames de consciência são demasiado rápidos, as nossas confissões demasiado maquinais. Se levássemos um pouco mais de tempo a examinar-nos; se aprendéssemos a conhecer melhor o que Deus espera de nós, lendo o Evangelho e a vida dos Santos; se a nossa oração fosse mais longa e mais séria, teríamos mais contrição.

E depois a contrição é um dom de Deus. Como todos os dons de Deus, obtém-se pela oração. Queixamo-nos de não ter contrição, mas será que nos lembramos de a pedir a Deus?

### «NÃO TENHO NADA A DIZER»

No entanto os maiores santos confessavam-se com frequência, e julgavam-se os maiores pecadores da terra. Não é exagero, é porque amavam de facto Deus. E o amor é delicado e exigente.

Se não há nada a dizer, é porque nos examinamos depressa demais, muito superficialmente. Ler um exame de consciência bem feito, tentando seriamente aplicá-lo à vida, não examinando apenas o aspecto grosseiro, exterior dos pecados mais escandalosos, mas as intenções, os pensamentos secretos, o fundo do coração.

Nunca matámos, mas não teríamos sentido já um certo ódio, inveja, ciúme? Nunca roubámos, mas não amaremos demasiado o dinheiro e o conforto? Nunca pecámos em actos contra a castidade, mas teremos sempre lutado por manter a pureza de coração?

Ler as bem-aventuranças, o Sermão da Montanha. E ver se o ideal cristão aí contido é aquele que buscamos, no que fazemos, no que desejamos e pensamos, no que somos.

Então teremos muita coisa a dizer...

dura cerviz, tinham encontrado expressões espantosas para dizer que o Senhor aproveita o primeiro sinal de arrependimento a fim de perdoar e amar. Mas quem teria podido imaginar, como Cristo conta, o encontro do pecador arrependido com Deus, figurado na parábola do filho pródigo?

Confessar as faltas, lamentá-las, fazer penitência, eis o que faz o homem. Apagar as faltas, acolher o culpado — eis o que faz Deus.

Há uma diferença enorme entre os dois: o homem nunca reconhece inteiramente o número ou a gravidade das suas faltas. Acontece que, por ve-

zes, o seu arrependimento é hesitante, a penitência desajeitada.

Mas o perdão e a misericórdia de Deus, têm a grandeza, a plenitude, a eficácia, a magnanimidade de um dom de Deus.

«Que o Senhor todo-poderoso tenha piedade de ti...». É ainda um voto. O padre, a quem o pecador se dirigiu depois de todos os santos, para que implorasse a misericórdia divina, responde em nome de todos os santos e em nome da Igreja. Depois, falará como se fosse Cristo em pessoa, para pronunciar a palavra que liberta e dá a vida.

## E EU TE PERDOO

Só o padre no confessional, depois de ter ouvido as faltas, pode dizer, em verdade, estas palavras.

De facto, só Deus pode perdoar os pecados. Daí, o escândalo dos que não acreditavam na divindade de Cristo, ao ouvi-lo dizer: «*Vai — os teus pecados são-te perdoados*».

Ora esta autoridade, que só Deus tem, que Deus-filho declarou para si, ele próprio a delegou aos seus apóstolos.

Primeiro a Pedro: «*Dar-te-ei as chaves do reino dos céus. Tudo o que ligares na terra será ligado nos céus e tudo o que desligares na terra, será desligado nos céus*».

Um poder de julgar é confiado aos apóstolos. É o que se chama o poder das chaves. Eles terão que julgar o que deve ser e o que não deve ser perdoado. E eles fá-lo-ão com autoridade. Tornam-se, assim, os ministros da misericórdia.

Quando o padre, tendo ouvido a confissão das faltas do penitente e tendo constatado o arrependimento, pronuncia a sentença do perdão — «*Eu te perdo*» —, nós acreditamos que, para o homem que se arrepende, estas palavras têm o mesmo poder que as de Jesus ao paralítico: «*São-te perdoados os pecados*».

Ninguém pode explicar isto. Só a fé nos permite atingi-lo. Estamos, aqui, no nó do mistério cristão. Acreditamos «*na remissão dos pecados*».

Que Deus perdoaria os pecados, já os profetas o tinham anunciado: «*Mesmo que os vossos pecados sejam como o carmim, eles tornar-se-ão brancos como a neve*». Também eles tinham dito que Deus pode mudar o coração do homem: «*Sereis purificados de todas as vossas manchas; dar-vos-ei um coração novo*».

O que os profetas não tinham dito é que Deus, para perdoar as faltas, para purificar as almas, para transformar os corações, se serviria de outros homens.

Desde que Jesus disse: «*Eu te perdo os pecados, vai em paz*», estas palavras de perdão e de libertação não mais cessaram de ser ditas. Pela

confissão, o gesto de Cristo e o seu perdão estão presentes para nós.

## VAI EM PAZ E NÃO TORNES A PECAR

Estamos perdoados e de novo introduzidos na plenitude da amizade de Deus. Deixaremos, no entanto, de ser pecadores? Não teríamos certamente o direito de nos apresentarmos no tribunal de Deus, se não condenássemos a nossa vida passada, se não estivéssemos prontos a fazer o possível por viver na amizade de Deus. Mas é difícil para um homem viver na santidade como ele quereria. «*O Bem que quero não o faço, e faço o mal que não desejo*». Quem disse isto, tinha no coração o amor de Cristo. São Paulo consagrou toda a vida a converter os seus irmãos. Contudo, não estava isento de pecado. Não podia, apesar de toda a energia, afastar totalmente o pecado. Que será de nós?

«*Vai e não tornes a pecar*», diz Jesus à mulher adúltera. Há faltas que já não tornamos a cometer, pelo menos assim se espera. Mas a fraqueza humana é demasiado grande; a marca do pecado sobre nós demasiado profunda. Lutamos, mas, por vezes, muitas vezes, talvez, sermos vencidos.

É aqui que aparece a espantosa misericórdia de Deus. Não se cansa, não se fatiga nunca. Não perdoa sete vezes, mas setenta vezes sete, isto é, sempre que é preciso. A misericórdia de Deus envolve a nossa vida para a sustentar, ajudar, reprimir e sempre perdoar.

«*Vai em paz*, diz o padre, e reza por mim». «*Vai em paz*», porque a misericórdia de Deus se manifestou; porque foi possível reentrar na amizade de Deus. Queres viver no amor de Deus e dos teus irmãos. És fraco, fraco demais para não tornar a pecar; mas a graça de Deus acompanha-te e protege-te. Ela levantar-te-á, se tornares a cair».

«*Reza por mim*», «*porque também eu, diz o Sacerdote, que te absolvo, sou um pecador, tendo necessidade como tu de ser perdoado. Eu e tu esperamos tudo, para hoje e para sempre, da misericórdia de Deus*».





# trabalho e pessoa humana

*Num mundo em que o trabalho ocupa cada vez mais um lugar importante e um papel determinado na vida social, parece-nos que um tema destes tem interesse e oportunidade, além de que, encarado na sua totalidade, faz apelo ao sentido religioso e cristão da vida. Depois de referir várias concepções laicas de trabalho, apresenta-se a concepção cristã, a única que assentando numa visão completa do homem, permite esclarecer a noção de trabalho da forma mais digna e positiva.*

## AS CONCEPÇÕES LAICAS DO TRABALHO

### O Liberalismo

O liberalismo, depois de ter dissociado a economia da moral, deu-lhe o lugar de árbitro único da actividade produtiva e no trabalho viu apenas uma mercadoria: o trabalho passa a ser considerado em função das leis económicas, como qualquer outro produto do mercado — tem um certo preço, vende-se, compra-se, negocia-se. O trabalho fica assim desumanizado pelo capitalismo liberal, que o utiliza como meio de enriquecimento e pelo trabalhador, que vê nele apenas um meio de subsistência. Esta desumanização do trabalho cria um estado de escravatura, sem chicote, nem correntes, uma escravatura moderna que não deixa por isso de destruir a pessoa humana.

### A tecnocracia

Pode-se aproximar deste conceito de trabalho a concepção dos partidários da tecnocracia, que vêm o trabalho apenas sob o aspecto da produtividade. A atenção pela pessoa do trabalhador desaparece para dar lugar a um único interesse: a produção máxima.

O filme «Tempos Modernos» de Chaplin fixou de uma forma expressiva, a situação paradoxal da fábrica, onde o patrão faz aumentar vertiginosamente o ritmo das máquinas a ponto de transformar os trabalhadores em autómatos, incapazes de dirigir a sua acção e os seus movimentos.

Estas duas doutrinas partem de bases diferentes, mas têm um denominador comum: um substrato materialista na concepção da vida, uma economia sem moral, dirigida pela técnica. São expressões camufladas duma mentalidade fundamentalmente materialista.



## Concepção socialista e comunista

É ainda o materialismo, mas agora já abertamente declarado e apresentado como princípio fundamental, que inspira as concepções socialistas e comunistas.

Como a comunidade humana está constituída apenas em vista do bem-estar material, os bens superiores do homem são sacrificados às necessidades duma produção racional.

Assim, diviniza-se o trabalho; a vocação do homem torna-se a vocação do trabalho e o trabalho é a única dignidade humana.

No regime marxista, o trabalho é o único elemento sólido para a construção da nova sociedade. Assim, foi organizado com um plano muito rigoroso, em que o trabalhador é apreciado segundo o seu rendimento, sem ter o poder de escolher.

Estas concepções laicas tiveram aplicação prática e criaram duas interpretações do mundo do trabalho — o capitalismo e o comunismo — duas interpretações opostas, mas que têm, no entanto, a mesma premissa materialista e o mesmo resultado de desvalorização da dignidade humana.

## A CONCEPÇÃO CRISTÃ

A concepção cristã, pelo contrário, parte do homem, destinado, segundo um plano de amor divino, a gozar da felicidade do próprio Deus.

Mesmo na ordem natural, o homem é superior às coisas. Foi criado para as dominar e a ele se pode dizer com S. Paulo: «Tudo vos pertence».

Por sua vez, o homem vive para o louvor e serviço de Deus. E isto, longe de o diminuir, eleva-o, torna-o livre, dá a todas as suas actividades uma dignidade intrínseca. A elevação sobrenatural pela graça não destrói a realidade humana; sublima-a.

É segundo esta visão do homem que a doutrina cristã interpreta o trabalho.

O trabalho não é uma mercadoria, mas também não é a única dignidade do homem, o ídolo a que tudo se deve sacrificar. O trabalho é, antes de mais nada, uma actividade humana. Como actividade humana, o trabalho contribui para o aperfeiçoamento do homem, desenvolvendo as múltiplas aptidões que Deus lhe deu.

O preceito do trabalho estava já associado ao homem no paraíso terrestre. «O Senhor Deus tomou o homem e pô-lo no Paraíso das delícias para que ele o cultivasse e o guardasse» (Gen. II, 15).

A inteligência, a vontade e a força física teriam encontrado, no conhecimento e na conquista desse reino que Deus lhes destinara, o seu completo desenvolvimento. Ao mesmo tempo, os homens teriam a alegria de descobrir, de forma cada vez mais luminosa, os sinais de Deus nas coisas e a imagem do criador em si próprios.



Este aspecto do trabalho não desapareceu, apesar do pecado ter modificado o plano divino, sobrecarregando o trabalho com a dificuldade e a fadiga, tornando as coisas criadas menos dóceis à acção do homem. O trabalho, fatigante, por vezes difícil, muitas vezes monótono, conservou, no entanto, a sua função de aperfeiçoamento do homem. Não é só esforço físico; é também esforço da inteligência, treino da vontade, conhecimento das coisas, das leis da natureza e das relações maravilhosas que regem a realidade.



«... comerás o pão com o suor do teu rosto»

A consciência cristã deve ultrapassar qualquer concepção que leve ao embrutecimento do trabalho e deve diminuir tanto quanto possível os trabalhos demasiadamente monótonos que transformam o homem quase num autómato. «... Mesmo que o trabalho faça sentir, muitas vezes, cansaço; mesmo que seja penoso e duro, o trabalho continua a ser nobre e belo, porque continua, em tudo o que produz, a obra começada pelo Criador.

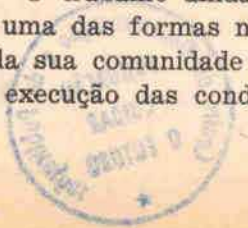
... Um tal pensamento chega para tornar agradável qualquer trabalho, mesmo o mais monótono e o mais duro (Pio XXII, *Discours*, XI, pag. 83).

Estas palavras de Pio XII levam-nos a encarar ainda o trabalho como desenvolvimento da obra criadora de Deus. Utiliza a matéria para a tornar mais útil ao homem.

O trabalho parece ser a execução do preceito divino: «Subjugai a terra e dominai-a». Na Bíblia, são mencionados os primeiros trabalhos e os seus autores aparecem individualizados. São os homens que aprofundaram a riqueza do domínio que o Senhor lhes dera e que o submeteram às suas exigências e necessidades. O Criador aparece cada vez maior na imensidade e variedade da sua obra, e a sua bondade manifesta-se na profusão de tesouros que o homem procura e descobre, tornando-os preciosos e úteis pelo seu trabalho.

O trabalho é, pois uma colaboração com o Criador; põe a obra de Deus em contacto com o homem, torna-a mais útil através da descoberta de novos planos da realidade e de novas energias. O trabalho não opera a partir do nada, mas dá existência a coisas que não existiam antes da sua intervenção.

O trabalho ainda tem outro aspecto religioso: o serviço dos nossos irmãos. É uma das formas mais normais da ajuda que os homens se devem mutuamente, pela sua comunidade de natureza, de origem e de destino natural e sobrenatural. A execução das condições que permitem a todos ter uma vida verdadeiramente



humana é obra de todos; tudo à nossa volta é um dom, um serviço prestado por outros, que trabalharam para nós. Cada um pode e deve prestar serviço. Jesus disse que o amor do cristão deve tomar por exemplo o seu amor. Como nos amou Jesus? «O Filho do Homem não veio para ser servido, mas para servir».

A Igreja não hesitou em reprovar os que afirmavam que o trabalho manual era incompatível com uma vida de aperfeiçoamento. Mas a nobreza religiosa do trabalho ainda nos aparece numa forma mais evidente quando a consideramos nas suas relações com Deus.

Podemos dizer que o trabalho, considerado no sentido cristão, é também um sacrifício. O Filho de Deus, depois de ter tomado a nossa natureza e de se ter oferecido como vítima de louvor e expiação, quis sacrificar-se com a fadiga quotidiana dum trabalho humilde, oferecendo assim o seu suor, antes de derramar o seu sangue.

Com efeito o trabalho toma o aspecto de expiação, de sacrifício, que resultou do pecado. «Com a perda da graça, perdeu-se igualmente a harmonia das faculdades humanas e a submissão espontânea das coisas ao homem... E depois desse dia, a situação agrava-se com cada revolta pessoal, com cada pecado pessoal que se tenha feito» (Guzzetti, *o. c.*). Assim o trabalho tem normalmente um aspecto de expiação, que compreendida e aceite permite associar o trabalho ao sacrifício de Cristo.

Mas o trabalho tem, também, outro aspecto do sacrifício que é o louvor de Deus. Ora o homem louva a Deus quando admira a Sua glória, manifestada no universo e na profusão de dons concedidos, ou quando põe ao serviço da comunidade os recursos abundantes distribuídos no mundo pela bondade do Criador.

O trabalho, como todos os sacrifícios, é também uma oferenda. O trabalho é o cumprimento da vontade divina na aceitação duma obrigação imposta ao homem, mas aceite com obediência filial. E quanto mais pesado é o trabalho mais generosa é a oferta da vontade do homem à vontade de Deus.

«O trabalho para o cristão, dizia Pio XII, é servir Deus... e é uma das formas mais eficazes de nos conformarmos à vontade divina.» (Discorsi, Vol. XII, pag. 80).

Colaboração da própria vontade à de Deus, o trabalho, como todo o sacrifício, que se une à Cruz de Jesus, tem um valor redentor.



... O trabalho é colaboração com o Criador: através da descoberta de novos planos de realidade e de novas energias.



O trabalho humano contribui, embora duma forma limitada, para a reconquista de um pouco da harmonia inicial e da ordem primitiva, eliminando os males e as privações e atenuando as formas do sofrimento e da dor. Nunca tornará a dar o paraíso à terra; mas pode diminuir a desordem e a revolta que o pecado pôs entre as coisas.

O trabalho é-nos assim apresentado, por um lado, como a feliz conquista dos tesouros e riquezas da natureza, e por outro como um sacrifício duro e penoso, mas destinado a tornar a submeter a realidade ao serviço do homem.

O primeiro aspecto — feliz — vem da natureza, obra do Criador; o segundo — doloroso — vem do pecado.

No mundo clássico, considerava-se o trabalho como uma fadiga aviltante e, portanto, indigna do homem livre. Foi a figura de Cristo — trabalhador — que pôs o princípio da dignidade no trabalho. O marxismo, pelo contrário, considera o trabalho unicamente como o exercício duma feliz soberania e faz dele a única vocação e glória dos homens.

O cristão sabe que o trabalho é alegria; mas sabe também que é reconquista penosa: é colaboração na criação e é também expiação e sacrifício, sacrifício fe- cundo, se for inspirado pelo sacrifício de Cristo e se a ele se unir.

(Notas da exposição de S. Em. Cardeal Lercaro,  
ao VII Congresso do B.I.C.E.)

---

(cont. **o universitário e as responsabilidades  
sociais da profissão**)

Mas, por triste que seja, temos de reconhecer que é difícil a um universitário português conhecer os problemas da comunidade (em que vive!) que a Universidade preenche apenas o grande papel que lhe cabe — de ser fonte de benefício para a comunidade a que serve — através de uma formação intelectual, encerrada nas «torres» das várias especializações.

A total segregação entre os problemas da comunidade e a vida universitária é, infelizmente, um erro que não deveríamos consentir. Quando se sabe a urgência que há na resolução de tantos problemas sociais, quando se conhece a dimensão gigantesca dos esforços que é preciso empreender e dos progressos que é preciso realizar, choca notar tal alheamento.

O progresso moral e espiritual da sociedade, que gostaríamos de ver crescer, impõe que os universitários saibam dar a solução verdadeira aos múltiplos problemas que, desde o crescimento industrial, às reformas agrárias, ao desenvolvimento económico de toda a comunidade portuguesa, ele é chamado a equacionar.

## **conclusão**

Eis em breves linhas, as razões da gravidade do problema aqui aflorado e no qual caberão enormes responsabilidades aos universitários católicos.

Queixamo-nos, muitas vezes, do materialismo do mundo contemporâneo, das injustiças que a todos os títulos se consentem e da irreligiosidade do nosso tempo. No entanto, esquecemo-nos de que, se isso sucede, as culpas cabem em grande medida aos cristãos que, não querendo sair do seu comodismo pessoal e timorato, deixam cair por terra as exigências de vida e de amor para com os seus irmãos. E, sem isso, a profissão e o trabalho de cada um renderá, por ventura, muito em proveito próprio, mas não será nunca mais do que um mau serviço à sociedade.

ANTÓNIO SOUSA GOMES

(cont. **porque é difícil a pintura moderna?**)



vistas pela arte «oficial», e colocaram os românticos no «Index» da Academia... Com Corot (1796-1875) e os paisagistas do grupo de Barbizen, (1) o quadro reflecte uma pura faculdade de ordem visual, isto é, indiferente a conteúdos históricos e ideológicos, igualmente despreendido quer da exaltação heróica ou sublime e da vibração profunda do Romantismo, quer dos rígidos princípios académicos do neo-classicismo. «Qualquer aspecto simples do mundo visível, colocado num ar livre e natural, qualquer rincão familiar da paisagem... podia ser considerado como digno de um quadro: bastava que um olhar de pintor soubesse vê-lo picturalmente». (W. Hess).

De modo sucinto e provisório podemos dizer que um assunto é olhado picturalmente quando é visto como um conjunto de valores cromáticos.

«Para esta pintura a natureza não é o edificio físico do mundo, como espaço vital objectivo, mas antes uma infinidade e multiplicidade de fenómenos. Qualquer combinação (em condições particulares de luz e de atmosfera) desses fenómenos visíveis pode inspirar o pintor: a tela reflectirá essa realidade «como uma medida pictórica de valores cromáticos». Não é o tronco da árvore, mas o castanho do tronco; não é a folha, mas o verde da folha, não é o céu, mas o azul do céu... o que, dentro de pouco tempo, interessará aos pintores verdadeiramente originais.

**Courbet** e os pintores «realistas» deram outro passo para a «visibilidade pura». Pintura livre de conteúdos literários ou históricos, pintura sem lirismo, nem sentimentalismo (como ainda se manifestara na atmosfera «romântica» de algumas telas de **Corot**), alheia a todos os temas tradicionais, religiosos, mitológicos, patrióticos, poéticos, etc., etc.

Toda a superfície material das coisas é para estes pintores fonte de percepções puras e objectivas, às quais não deve misturar-se nenhuma preocupação de ordem intelectual. Trata-se de ver as coisas como se fossem conjuntos de valores de cor e de claro-escuro, valores que devem ser traduzidos no quadro por pinceladas directas e sem retoques, combinadas correctamente como equivalentes de uma pura experiência visual. Qualquer objecto, por mais insignificante que seja, (os chamados temas «nobres» ou «superiores», não interessam...) vale pela trama cromática da substância pictórica que o traduz. Uma pedra, um muro, não interessam pelo valor histórico, pelo eco sentimental, pela evocação literária: são objectos meramente escolhidos pela emoção visual que provocam: não há um conteúdo incluído numa forma, há uma forma cujo conteúdo é a maneira como exprime a visão do pintor...

Mas este problema merece que nos detenhamos sobre ele. Ficará para um outro artigo, ao qual juntaremos algumas reproduções de quadros, a análise destes novos conceitos artísticos.



autor de *Um*  
*autor de hoje*

## Heinrich Böll

Heinrich Böll é presentemente um dos autores mais lidos na Alemanha e já mundialmente conhecido. Pertence à geração dos escritores do após guerra e assim vemos a sua obra gravitar em roda desse mal tremendo com o qual ele tomou contacto directo aos vinte e um anos de idade.

Quem é Heinrich Böll?

Ele próprio nos dá alguns dos seus dados biográficos. Nasceu em Dezembro de 1917, em Colónia. Guarda como primeira recordação a imagem do exército de Hindenburg regressando, na máxima ordem, mas sombrio e desiludido e que passava pela sua janela com cavalos e canhões; do colo da mãe ele olhava a rua onde as infundáveis formaturas marchavam em direcção às portas do Reno; lembra-se ainda da oficina do pai com o cheiro a madeira, grude, tábuas aplainadas de fresco; da vida em comum com outras famílias; das constantes mudanças de casa; do primeiro dinheiro ganho; do pão que alguns colegas lhe mendigavam na escola; de desordens, greves, bandeiras vermelhas; de Hitler e Goering publicamente escarnecidos em Colónia. Depois, os desempregados tornaram-se polícias, soldados; outros trabalhavam no equipamento militar e o resto... passou a viver nos campos de concentração. Diz ele:

«Os marcos imperiais corriam em torrentes; as contas foram mais tarde pagas por nós quando, tornados entretanto homens sem darmos por isso, tentávamos solucionar o infortúnio e não encontrávamos a forma».

Depois do Abitur entregou-se a um negócio de livros; quando regressou da Frente, dedicou-se novamente ao estudo e também ao trabalho manual.

Desde cedo tentou escrever — a sua juventude cheia de experiência permitia-lho; mas «só mais tarde lhe vieram as palavras». — Teve primeiro que ser ele próprio uma personagem dessa tragédia que ensombrou a Europa de 1939 a 1945.

Böll tem romances cuja acção se passa em tempos de guerra e outros que relatam situações da época subsequente. Pretenderá ele pôr-nos, apenas, em face de atrozes sofrimentos e de situações lamentáveis? Não. Böll não explora os temas que trata; expõe-nos factos com a maior sinceridade, quer fazer-nos pensar: não destruir, mas sim edificar. Böll condena a guerra, isso podemos-lo concluir da sua obra; a guerra que não tem sentido em si mesma, causadora da morte, da destruição — ruína material; do desespero, do cepticismo, do aniquilamento dos mais altos valores humanos,

dos mais altos ideais — ruína espiritual.

Diz Gerhard Joop que «a intenção de Boll é forçar à meditação, a um exame de consciência, à vitória sobre a indiferença, o comodismo e a leviandade perante o outro, no meio da sua solidão».

É um autor «comprometido» como católico que é, católico convicto, não de meras manifestações externas.

É vê que, depois da guerra, a consideração pela pessoa e a responsabilidade perante Deus deixaram de ser princípios a que submeter-se.

Diz ainda Joop que Boll é o autor que mais sèriamente personifica a força moral e o estado de espírito da jovem Alemanha. Com audácia e seriedade, pôs a descoberto a decomposição espiritual do sistema social que, externamente, era florescente.

Verificamos que, em cada romance ou conto seu, Boll foca um dos pontos vulneráveis da sociedade: assim, por exemplo, em «Und sagte Kein einziges Wort», trata-se da situação de um casal que, depois da guerra, não consegue viver em harmonia; um abismo profundo se abriu entre eles e, embora se amem, a vida em conjunto é-lhes insuportável.

Em «Haus ohne Hüter», apresenta-nos o destino das viúvas e órfãos da guerra; aqueles, para quem a vida se tornara pesada, cheia de preocupações e sem sentido, procuram um amparo seguro e não sentem escrúpulos em ferir a alma dos filhos. O comportamento dos adultos dá àqueles uma experiência prematura; perdem a despreocupação infantil, sentem-se inseguros e sós. A guerra roubou-lhes o pai; o egoísmo e a indiferença, a mãe.

Apresenta-nos também Boll o problema da juventude a quem, desde cedo, se deparou uma sociedade hostil, para quem a

existência cedo se tornou difícil. Em «Das Brot der frühen Jahre», Walter Fendrich chega a julgar os outros apenas por isto: no tempo da fome, seriam eles capazes de dar pão, ou não? O encontro com Hedwig trouxe-lhe um novo alento. Mas, ao vazio desinteresse da vida de ambos até então, sucedeu a vaga impetuosa da paixão que não reconhece barreiras.

Heinrich Boll apresenta-nos assim, de maneira directa e sem rodeios, os perigos em que a sociedade alemã foi caindo após o domínio da violência e do terror, que conseguiu fazer apagar do espírito do Homem a consciência dos seus legítimos direitos dos seus verdadeiros deveres.

—x—

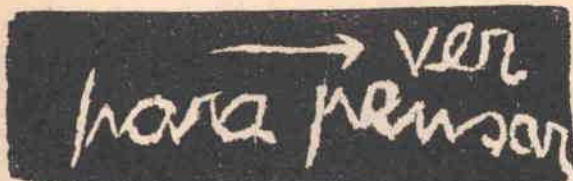
Obra de H. Boll:

- «Der Zug war pünktlich» 1949 Conto.
- «Wanderer kommst du nach Spa» 1950 Conto.
- «Die schwarzen Schafe» 1959 Conto.
- «Wo warst du Adam?» 1959 Romance.
- «Und sagte Kein einziges Wort» 1953 Romance.
- «Der Heilige und der Rauber» 1953 Gravação.
- «Haus ohn Hüter». 1954 Romance.
- «Das Brot der frühen Jahre». 1955 Conto.
- «So ward Abend und Morgen». 1955 Conto.
- «Unberechenbare Yaste». 1956. Contos
- «Irisches Tagebuch». 1957.
- «In Tal der donnernden Hufe» 1957 Conto.
- Contos — 1958.
- «Doktor Murkes. Gesammeltes Schwreigen und andere Satiren» 1958.

MARIA HERMÍNIA SANTOS ROCHA







## O Cristão tem resposta

É hoje lugar comum afirmar-se que a sociedade está em crise, que se agita no meio da confusão e não possui certezas de espécie alguma. E, se tal acontece, não só é legítimo perguntar qual a causa desse geral sentimento de incerteza, como também é nosso dever fazê-lo, visto que todos nós vamos participando dessa vaga extraordinariamente poderosa.

Basta-nos uma pequena reflexão para vermos que, a partir dos séc. XVI e XVII, o mundo vem atravessando uma época de evolução sociológica e de pensamento, acentuando-se de tal modo na época contemporânea que chega a constituir uma das suas características. Essa evolução de estruturas sociais concretizada por uma mobilidade social cada vez maior, tem o inconveniente de com ela se associar uma disposição também maior de mobilidade intelectual e moral. E assim vai aumentando a interpenetração das classes (portanto, um contacto cada vez maior de pessoas de índole e funções sociais diferentes), a generalização crescente do acesso à cultura e à riqueza o que, conseqüentemente, torna as pessoas mais ricas de virtualidades na sociedade. Sempre que as pessoas entram num enquadramento social diferente, dá-se geralmente uma crise de desadaptação em relação a esse enqua-

dramento e de descrédito da tonalidade dos valores do meio a que antes pertenciam. Assim, esta evolução traz consigo uma transformação da escala de valores, denunciada de muitas maneiras. O próprio desprezo, hoje observado, pelos estudos humorísticos, em favor da formação técnico-económica, é um índice dessa errada, embora compreensível, mutação axiológica.

Este desenraizamento sociológico é, assim, factor natural de desenraizamento moral e intelectual, melhor, humano, pois que o homem concretiza as suas atitudes fundamentais no plano complexo da convivência social, entendendo-se por isto, não só o contacto entre as pessoas, mas também a completa estrutura em que se enquadram as actividades e funções nas quais as pessoas convivem.

A primazia do valor riqueza traz como conseqüência a diminuição dos valores espirituais. Por exemplo, determinadas normas morais passam a ser consideradas relativas à variedade das situações e vistas apenas numa perspectiva de «eficácia», o mesmo ou ainda pior acontecendo com os valores religiosos.

Mas, a esta mentalidade, própria da transformação de estruturas sociais, corresponde e interpenetra-se com ela uma acentuação do relativismo de certas correntes do pensamento de hoje. O mundo ocidental tem, assim, evoluído, não em dois planos paralelos — o socio-económico e o do pensamento — mas em dois planos que se interlaçam e que definem uma nova vivência humana, com tudo o que ela comporta de nova concepção do homem, dos valores da existência, do mundo.

Aparece-nos, pois, uma mentalidade relativista como consequência dum absolutizar os valores relativos, pois que a consciência axiológica do homem não está bem orientada, isto é, porque as suas valorações não correspondem aos valores objectivos e, portanto, a esfera do Absoluto não está no seu lugar. Esta ausência cada vez maior de certezas leva o pensamento a fechar-se sobre si próprio. Surge-nos a dúvida, cada vez mais pronunciada, devido ao desajustamento com certezas anteriores em frente às novas situações. Esta dúvida traz consigo todo um clima de angústia, de fuga, de verdadeira frustração, que faz perguntas já com a perspectiva do sem-resposta. Esta mentalidade de incerteza, amoral, olha para os que têm as certezas da fé e diz serem uns instalados, uns iludidos. Isto denota até que grau está imbuída de incerteza, e que toda a certeza lhe aparece como inautêntica, impossível.

Ora não, nós não estamos instalados; nós avançamos em atitude dinâmica. É certo que caminhamos à luz da fé; o nosso contacto na graça é transconsciente. Mas sabemos que o fundamento a que nos amparamos é firme; a direcção objectiva da realidade não nos escapa; temos inabalável confiança no ponto de chegada: sabemos para onde caminhamos.

Disse no princípio que nós vamos todos participando da mentalidade relativista e procurei analisar as causas; mas talvez o tenha feito dum ponto de vista bastante unilateral e, portanto, incompleto. É natural. Deixo a vós todo um trabalho de reflexão, pois que a situação apontada deve, realmente, resultar dum conjuntura complexa.

Posto isto, qual deve ser a nossa posição de universitárias católicas? Aqui também é natural que a resposta venha incompleta...

De qualquer maneira, parece-me que devemos estar atentas a todas as manifestações da mentalidade relativista no meio universitário. Assim, nas conversas do dia a dia, é que aparecem as tomadas de atitude perante determinados problemas, por exemplo, o amor humano, a miséria, a moda, a ocupação do tempo, o interesse pela valorização cultural, problemas de ordem nacional e até mesmo internacional, não só políticos como religiosos, económico-sociais.

É fazendo este esforço de atenção que tomaremos consciência das atitudes cristãs perante as mesmas realidades a que os outros reagem. Na medida em que a nossa atitude for cristã, irá marcar uma posição e, assim, demonstrará que aos problemas humanos não se reage com um sem-resposta, mas com caminhos de solução. Digo **caminhos** de solução, para não dar razão aos que afirmam estarmos instalados em soluções. Nós temos consciência da variedade e complexidade dos problemas humanos. Os princípios são eternos, mas a sua aplicação está condicionada ao tempo e às circunstâncias. A validade objectiva dos princípios abstractos não obsta à variabilidade das soluções concretas.

Nós, enquanto universitárias católicas, devemos criar uma corrente de mentalidade cristã e, portanto, o nosso apostolado não deve ser apenas individual, mas integrado numa acção de conjunto. É que as reacções das pessoas não são suficientes. Cumpre enquadrá-las e influenciá-las pela mentalidade do meio a que pertencem.

ALMERINDA CARDOSO



## O 2.º Seminário Africano da «Pax Romana»

Realizou-se, há pouco, em Léopoldville (Congo) o 2.º Seminário Africano, organizado pela «Pax Romana» (Movimento Internacional dos Estudantes Católicos) sobre o tema «O estudante africano e o seu povo».

No momento em que tantas regiões deste grande continente se tornam independentes, pondo súbitamente as jovens gerações em face de responsabilidades esmagadoras, «Pax Romana» tinha de ajudar os seus membros africanos — agrupados principalmente depois do 1.º Seminário Africano, realizado em Ghana em 1957 — a encarar as realidades prementes da época actual. O futuro dum estado está nas mãos da sua *élite*. A nova *élite* africana deve responder «presente» ao apelo instantâneo do seu país, do seu continente e da Igreja. Foi para a tornar bem consciente disso que os quadros africanos da «Pax Romana», trabalhando em união estreita com os responsáveis do Movimento Internacional, realizaram este Seminário, empresa audaciosa, se tivermos em conta as condições em que se realizou.

Vivamente encorajado e apoiado pelas autoridades civis e religiosas do Congo, o Seminário reuniu de 22 de Dezembro a 9 de Janeiro últimos, na Universidade de *Lovanium*, Léopoldville, delegações da Libéria, Sudão, Serra Leoa, Uganda, Nigéria, Ghana e África do Sul, bem como muitos professores da Universidade de *Lovanium* e um grande número de estudantes.

A sessão inaugural foi presidida por S. E. Msg. Scalais, arcebispo de Léopoldville. Entre os oradores, destacaram-se o R. P.º Turin, de Dakar, cuja conferência procurou responder à pergunta: «Para onde vai a África?» O professor J. E. Stewart, do Colégio Universitário Pio XII de Roma, na Basutolândia, tratou do tema «Para a construção duma boa política em África».

As tardes foram reservadas ao trabalho em equipas de 10 a 14 pessoas, a fim de permitir aos estudantes discutir intensamente o assunto tratado nas conferências da manhã.

Por outro lado duas conferências — em forma de simpósio — tendo por tema «O estudante e o seu governo» — foram feitas com a participação de seis membros do Colégio dos Comissários Gerais. Finalmente, no dia 4 de Janeiro, teve lugar um simpósio sobre o papel das organizações internacionais. Participaram, nele, representantes da U.N.E.S.C.O., da O.M.S. e da F.A.O.

A segunda parte do seminário consistiu, essencialmente, numa estudo dos fins, problemas e actividades das associações de estudantes católicos em geral e da África em particular.

No fim do seminário, os estudantes tiraram conclusões sobre a evolução política, económica, social e cultural da África, sobre o crescimento da Igreja nesse continente e sobre o problema da promoção da mulher africana.

Em suma: «O 2.º Seminário Africano de «Pax Romana», convidou todos os membros das secções africanas do Movimento Internacional dos Estudantes Católicos a tomar consciência da sua vocação de estudantes, num espírito de fidelidade à Igreja e à África.

O estudante africano tem uma missão educadora em relação ao seu povo, sob o ponto de vista político, incumbê-lhe despertar o sentido cívico em todas as camadas da população; sob o ponto de vista económico, animará as massas no seu esforço de adaptação às exigências duma economia moderna.

O campo de actividade mais vasto do estudante situa-se no plano social. Ele tem de se considerar mobilizado em todas as tarefas de promoção social. No plano cultural, deve ter consciência do seu papel insubstituível de investigador e de criador.

É na Universidade, meio ideal de encontro dos jovens mais diversos, que o estudante deve aprender a transcender as divisões tribais e raciais num esforço de compreensão mútua e de contactos francos.

O estudante católico africano tem o dever de fortalecer as convicções religiosas que o armarão para a vida e o animarão na sua missão apostólica.»

Em nome do Sumo Pontífice, o Cardeal Tardini enviou um telegrama ao Seminário.

# Fundação Cuidar o Futuro



# Fundação Cuidar o Futuro